

Carta do Editor *Engenharia Financeira*

Sob o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores e cooperação da Organização das Nações Unidas — ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, realizou-se em Brasília, durante o mês de agosto de 1982, o II Seminário sobre Aspectos Jurídicos — Legais das Transações Econômicas Externas do Brasil. Pelo interesse que vêm despertando os temas e idéias apresentados desde o primeiro simpósio, pode-se dizer que se trata de uma contribuição valiosa, não apenas para o Brasil, mas para a modernização do comércio externo dos países em desenvolvimento. “Na verdade” — salientou o chanceler Saraiva Guerreiro ao abrir o seminário — “os aspectos jurídico-legais das negociações em comércio exterior são indispensáveis aos países em desenvolvimento, sem tradição na busca de mercados fora de seus territórios. Aqui, no Brasil, certamente, era necessário que se criasse suprimento de peritos, que entendessem desses contratos, que fossem capazes de aconselhar as firmas a defenderem seus interesses do ponto de vista da garantia dos direitos nesses instrumentos e em todas as operações de financiamento relacionadas com o comércio exterior”.

O tema básico do seminário, de fato, segundo esclareceu o representante-residente do PNUD, dr. Peter Koenz, “é a crescente pressão, devida à maturidade e à vitalidade técnico-econômica do Brasil, por uma maior participação, um verdadeiro papel de parceiro, relações mais estreitas e mais possibilidades de acesso a mercados externos, inclusive exportação de bens de capital, tecnologia, serviços e engenharia.

A engenharia financeira constitui o primeiro tema do seminário, cujo chefe, embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, explicou em fala introdutória à Sessão I: “Nós, no governo, estamos cada vez mais preocupados pela crescente complexida-

de que vai adquirindo o comércio internacional, pela crescente compartimentação que o mercado vai sofrendo e, sobretudo, pelo contingenciamento desse mercado por fatores não-comerciais. São restrições administrativas, são canais de comercialização exclusivos, são empresas multinacionais, é a ação do Estado como protagonista ativo no cenário internacional, enfim, são fatos não-comerciais que estão cada vez mais dissipando aquilo que o presidente Reagan chamava de *spell of the market*. Ao contrário, o mercado, hoje, não tem nenhum fascínio, o mercado, hoje, é uma arena, onde as operações são duramente disputadas. É justamente nessa área da engenharia financeira onde mais necessário se faz a formação e a capacitação do profissional brasileiro, porque, hoje, com a perda da liquidez internacional, com as dificuldades para o financiamento do desenvolvimento, cada vez mais necessária se torna a montagem de operações complexas, nas quais o financiamento desempenha papel relevante, a tal ponto que, hoje, praticamente, se compra muito mais as condições de financiamento do que propriamente o bem ou o serviço”.

A *Revista do Serviço Público*, da Fundação Centro de Formação do Servidor Público — Funcep, alia-se ao seminário, oferecendo sumário sobre os assuntos nele versados, sem pretender, é óbvio, apresentar substitutivo à leitura dos Anais do Seminário, imprescindível aos estudiosos ávidos por maiores informações, sobretudo os advogados interessados nessa nova especialização do direito internacional. Nessa ordem de idéias, seguem-se condensadas as matérias fundamentais, com indicação dos títulos dos respectivos conferencistas, em harmonia com a apresentação do Itamaraty, mas excluídos apartes, elogios, perguntas ou esclarecimentos, por significativos que sejam, como já justificado e por se encontrarem nos *Anais*.